Informativo da Sociedade Canoa de Tolda e do Baixo São Francisco

A MARGEM

Ano 4/no. 1 - R$1,00
Mar/Abr de 2009

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA ESCOLAS PÚBLICAS E ASSOCIAÇÕES

E QUEM, AFINAL, PILOTA OS DESTINOS DESSE RIO? pag.7



Fotos: via Paulo Paes Andrade

"...agora é pra matar...é o mata...num bastava o Xingó, meu abençoado...mais uma barragem nessa margem de rio...pois é o mata...e ainda a tal da transposição...é prá acabá de secar...prá gente beber água de cacimba...mas, com fé em Deus, o homem não faz a obra não... só tem mais 2 anos, e isso é coisa para 10, 12, 15 anos... e quem entrar num vai bolir nisso, não...mas, cê sabe...os poderoso são os homem de gravata..."

Tonho do Bardo, canoeiro

Prosa com o leitor

Pronto. Cá estamos nós aqui da margem, de novo com o nosso informativo, mas agora de forma definitiva, impressa, para que possamos distribui-lo gratuitamente para escolas públicas e comunidades do beiço do rio. Não foi fácil, é vero, mas está saindo.

A nossa intenção é tratar de temas do interesse das pessoas aqui do Baixo, como Meio Ambiente, Cidadania, Cultura e Saúde Pública, entre os principais. Não podemos, por enquanto, falar de tudo, mas com calma esperamos que o A Margem cresça e seja útil.

Este projeto foi feito através do MinC - Ministério da Cultura, pela Lei Rouanet, de incentivo a iniciativas culturais. O que significa que outras associações, entidades, grupos culturais, tanto aqui do Baixo São Francisco como de outras brenhas do Brasil, podem e devem ir atrás de oportunidades semelhantes. É pensar bem no projeto, com princípio, meio e fim - óia a questão da contabilidade, coisa séria - e apresentar ao MinC, dentro dos formulários próprios. Quem sabe o Baixo São Francisco não produz uma aparição de bons projetos que valorizem esse lugar?

Pois. Gostaríamos também, desde já, de deixar aberto o espaço para que as pessoas interessadas possam se manifestar. Escrevam, ora com artigos, sugestões, críticas e idéias ora denúncias sobre problemas de nossa região. São participações que podem contribuir para a melhoria do A Margem. Desta forma estaremos todos, também, possibilitando mais uma forma de comunicação entre as pessoas aqui no Baixo São Francisco.

A foto da capa



Esta bela foto, que aparenta ser antiga, na verdade é de 2007, pelo colega da Canoa, Paulo Andrade. Foi a bordo da Luzitânia, em sua viagem de apresentação, durante uma manobra difícil, que é a passagem dos panos, nas pedras, já acima do Entremontes. O piloto é o amigo S. Aurélio de Janjão, de Piranhas, hoje o responsável pela canoa Piranhas, antiga Daniella, do finado Zé Pezão, adquirida pela Prefeitura Municipal de Piranhas.

A foto dá a deixa para o artigo especial desta edição. Seu Aurélio conhece o que pilota, e sabe para onde vai e a melhor carreira. Mas, o que dizer dos *pilotos* dos destinos do rio São Francisco?

Expediente



COORDENAÇÃO PROJETO JORNAL A MARGEM
Carlos Eduardo Ribeiro Junior
REDAÇÃO E REVISÃO: Carlos Eduardo Ribeiro Junior, Paulo Paes de Andrade
CONCEPÇÃO GRÁFICA: Canoa de Tolda
CORRESPONDENTES: Danieire F. de Medeiros, Antonio Felix Neto
APOIO DE SEDE: Daiane Fausto dos Santos
IMPRESSÃO: Inforgraph, Gráfica e Editora
TIRAGEM: 3.000 exemplares

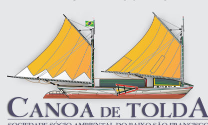
O informativo A Margem é uma iniciativa da Sociedade Canoa de Tolda. Cartas, sugestões, contribuições de interesse das questões do São Francisco são bem vindas - podendo ou não ter publicação integral. A reprodução de textos e imagens é permitida e incentivada, desde que sejam citados a fonte e o autor. Artigos com autoria não exprimem necessariamente a posição da editoria, da entidade ou do Projeto A Margem.

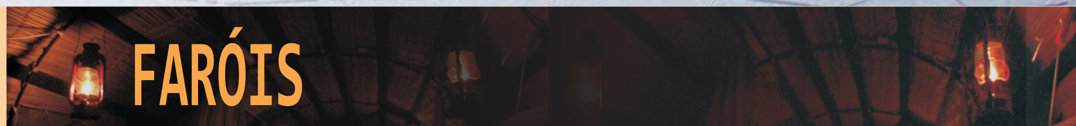
Canoa de Tolda - Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco
CNPJ 02.597.836/0001-40
Sede - R. Jackson Figueiredo, 09 - Mercado - 49995-000 Brejo Grande SE
Tel/Fax (79) 3366 1246
Alagoas - R. Mestre Francelino, 255 - Centro - 57210-000 Piaçabuçu AL
Tel (82) 3552 1570
End. eletr.l **canoadetolda@canoadetolda.org.br** e **ygara@ygara.arq.br**
Internet **www.canoadetolda.org.br**

Apoio Cultural

Gráfica & Editora Inforgraph

UM PROJETO





FARÓIS



Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

Em breve não restará grande coisa. Em Nossa Sra. de Lourdes, SE, as capoeiras de mata nativa, onde temos os derradeiros exemplares de pau d`arco do agreste do Baixo São Francisco (em SE) estão cada vez menores, mais isoladas. Vemos hoje grandes áreas que ainda são ou já foram pastagens indevidas ou mal aproveitadas, onde a erosão vem completando a ação do homem e do gado. E os pés de pau floridos, tão bonitos, distantes, aguardando a hora final da pancada do machado.



Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

No porto da Marinha, em Brejo Grande, permanece o impasse provocado pelo início da construção de um cais destinado às operações de embarcações de turismo. Obra (de acordo com a placa do governo federal) a ser feita com verba do MTur - Ministério do Turismo. Valor: R$184. 848,04. Na placa não há prazo da obra, dados da licitação, empresa e engenheiro responsáveis. Pois. Os trabalhos estão paralisados, após os conflitos de uso do local terem surgido com o surgimento da construção. O espaço, pouco, tem usos diversos pela comunidade: porto de pesca, lavagem de roupas, manutenção de embarcações de trabalho, captação de água, lazer e banho das pessoas, lavagem (irregular) de veículos, animais, vísceras de animais para a feira, embarque/desembarque de pessoas e veículos nas embarcações e balsas de travessia para Alagoas, etc. A obra foi iniciada sem realização de audiênias públicas para a discussão do projeto com a comunidade. Esta, mais uma vez, fica sem a indispensável participação nas decisões de uso de dinheiro público em iniciativas que influenciam o viver de cada dia.



Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

A questão da APA - Área de Proteção Ambienta da Foz do São Francisco continua relegada ao fundoda gaveta pelo governo de Sergipe. Cresce a pressão especulativa na região de Brejo Grande e Pacatuba, sem qualquer reação preventiva por parte do poder público. Da mesma forma, o MMA - Ministério do Meio Ambiente não se pronuncia: o projeto da APA federal (elaborado pelo IBAMA) está arquivado em Brasília. Enquanto isso, temos uma área de preservação permanente (manguezais, remanescentes de mata atlântica, dunas) entregue a diversas atividades altamente impactantes: exploração/transporte de petróleo e criação de camarões em escala.



Foto: João Zinclar

No início do ano passado, o Estado de Sergipe alardeou mais uma solução para o aperreio sócio-econômico do Baixo São Francisco: o incentivo à criação de búfalos - isso mesmo, o búfalo - na região da foz. É interessante lembrar, que mesmo completamente irregular, há uma APA Estadual, que deveria proteger a zona de preservação permanente. Ainda: o búfalo é uma espécie animal exótica - não é nativa -, tem comportamento difícil, é altamente destrutivo, pisoteia o solo, devasta a mata. Podemos compará-lo a um trator vivo, que exige espaços enormes, inexistentes na foz. No Amapá há sérios problemas com esta atividade, com danos ambientais alarmantes. A EMBRAPA daquele estado está preocupada. Do ponto de vista sócio-econômico, não são disponíveis argumentos coerentes que justifiquem a sustentabilidade da bubalinocultura (criação de búfalos) na região.



Fotos: Carlos E. Ribeiro Jr.

Recentemente o governo de Alagoas anunciou o projeto de uma estrada margeando o São Francisco, entre Penedo e Piranhas. É algo para ser discutido, e muito, antes de qualquer decisão definitiva, com todas as comunidades ribeirinhas. São sedes de municípios e povoados que ficarão com o acesso livre, expostos a situações como em tantos outros lugares do Brasil: especulação imobiliária, povo do local indo para periferias, aumento da violência, insuficiência ainda maior de estruturas básicas (saneamento, saúde, tratamento de lixo, água potável), e a sobrecarga de uso dos recursos naturais. Se hoje os municípios do Baixo (em Sergipe e Alagoas) não fornecem adequadamente os serviços mínimos para a população local, imaginemos a situação com mais gente chegando de fora. Em Brejo Grande e mesmo Piaçabuçu, na foz, vemos hoje a influência negativa da ponte Aracaju/Barra dos Coqueiros, já prevista há muitos e muitos anos. Ganham as construtoras.

ABELHAS NATIVAS, PRESERVAÇÃO E RENDA

entrevista com o prof. Fernando Zanella

Faz algum tempo, sobretudo no alto sertão alagoano aqui do Baixo, a apicultura vem crescendo. Hoje, naquela região, há um bem sucedido Arranjo Produtivo Local de Apicultura (APL) organizado pelo SEBRAE e estado. Porém a atividade na região é voltada apenas para a conhecida abelha "europa", que não é nativa destas bandas. Pois. E as abelhas nativas, onde ficam nesta história?

Atrás de conhecimento, fomos bater na Paraíba, atrás do Prof. Fernando Zanella, da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, que nos deu informações interessantes tanto para o pessoal da apicultura, quanto para todos que vêem a importância da preservação de nosso patrimônio natural.

Canoa de Tolda *Das abelhas que estão por aí nas caatingas e em outras áreas, o que é brasileiro e o que é introduzido?*

Fernando Zanella Na caatinga a espécie de abelha mais abundante é introduzida, a *Apis mellifera*, conhecida como europa, italiana, africana, que é a abelha que todo mundo tem como referência. Esta abelha deveria ser chamada africanizada, porque é uma mistura de sub-espécies de abelhas da Europa com uma sub-espécie africana, introduzida no Brasil há muitos anos. Foi acidentalmente liberada, e cruzou com as que já estavam aqui, gerando as atuais linhagens de Apis. Na caatinga e nos campos abertos, 50% das abelhas podem ser da africanizada, mas numa mata fechada e úmida, como as da Amazônia, por exemplo, elas não se estabelecem.

CT *E as nativas, quais são?*

FZ Há um grupo que todos conhecem, são as abelhas sem ferrão: arapuá, jandaíra, uruçu, mandassaia, jataí, mirim, etc. Elas vivem em colônias, produzem mel e cera e a maioria faz seus ninhos em troncos. São exploradas há tempos pela população.

CT *Esta exploração é equilibrada, sustentável?*

FZ No Nordeste temos o meleiro, que acha a colônia na mata, colhe o mel, destruindo a colméia.

CT *Daria para evitar esta destruição?*

FZ Sim, há técnicas para isso, mas os meleiros não as conhecem ou não as praticam.

CT *Por que esta técnica não alcança os meleiros?*

FZ Há iniciativas de extensão rural em várias partes do país, mas tímidas. As EMATER e órgãos equivalentes nos estados estão muito enfraquecidos e o repasse desta e de outras tecnologias é pequeno.

CT *Para o meleiro seria economicamente viável colher de forma sustentável?*

FZ O trabalho do meleiro, em geral, reforça a renda, sendo ocasional e cada vez mais raro, porque estas abelhas estão desaparecendo. Além disso, a baixa qualidade do mel e a impossibilidade de comprovar uma origem reduzem o preço do produto. O ideal seria criar as abelhas em caixas (formando o meliponário). Como são abelhas mansas, é possível criar perto das casas, junto de gente, ao contrário do que acontece com a africanizada, que é braba.

CT *A região do baixo São Francisco tem potencial para desenvolver essa atividade?*

FZ Essas abelhas ocorrem de forma geral em todo o país, com diferentes espécies em cada região. Por exemplo, na mata, próximo à foz do São Francisco,devem existir várias espécies que não ocorrem na caatinga. Assim, para favorecer a sua conservação, é interessante que as pessoas busquem criar as que ocorrem ou já ocorreram na região. Importante: para manter as abelhas e garantir a produção de mel deve-se ter plantas que forneçam néctar e pólen. Áreas com florestas nativas são em geral boas para as abelhas, e também plantas frutíferas e de jardim.

CT *A atividade do meleiro ajuda no processo de redução das populações de abelhas nativas?*

FZ Não há ainda uma avaliação sobre isso. A destruição das matas pode ser mais importante do que a ação dos meleiros. A preocupação das pessoas com a preservação de insetos é pequena. Elas muitas vezes não os conhecem e pensam que eles se multipllicam rápido, se espalham facilmente. Mas as abelhas nativas sem ferrão são um caso especial, a conservação é mais difícil do que a de muitos mamíferos. Há pelo menos três razões para isso:

a)Uma colônia tem muitas abelhas, mas só uma se reproduz, a rainha.

b)Uma nova colônia deste grupo de abelhas só se forma a menos de 300 m de distância da colônia original, o que significa uma dispersão muita lenta. Zonas de desmatamento e falta de abrigos para as novas colônias podem criar um isolamento de áreas e uma vez exterminada uma determinada espécie numa área, ela não pode voltar vinda de uma área mais distante. Por isso, a re-colonização pode ser muito difícil e algumas vezes impossível.

c)Muitas espécies destas abelhas precisam de ocos de árvores para fazer seus ninhos, é preciso que existam árvores velhas. Uma floresta recuperada com 30 ou 40 anos pode ainda ser inabitável para muitas espécies!

As ilustrações das abelhas nativas no artigo não estão na escala natural.

Prof. Fernando Zanella

O Prof. Fernando Zanella é docente da Unidade Acadêmica de Ciências Biológicas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da UFCG, em Patos, PB. Doutor em Entomologia pela USP-Ribeirão Preto, coordena o Laboratório de Ecologia e Biogeografia de Insetos da Caatinga, e tem trabalhado com sistemática, ecologia e biogeografia de abelhas, especialmente da Caatinga. O grupo de pesquisa que participa inclui os Profs. Clemens Schlindwein (UFPE) e Celso Martins (UFPB) e colaboradores, tem várias propostas de manejo, que podem ser obtidas pelo e-mail (fcvzanella@gmail.com) ou escrevendo para Prof. Zanella, UACB/UFCG, CP 64, CEP 58700-970, Patos, PB.

Fotos: via Fernando Zanella

VEJA MAIS SOBRE ABELHAS NATIVAS NA INTERNET:
www.webbee.org.br/jandaira/
www.abelhaebonsai.com.br/abelhas/
www.projetoabelhasnativas.org/
www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/cartilha_manejo.pdf

A entrevista completa em www.canoadetolda.org.br

ENQUANTO ISSO, NOS SERTÕES DO BAIXO SÃO FRANCISCO...

A terra torrada em Nossa Sra. de Lourdes, SE, não é uma exceção, é a regra do trato do solo nas bandas de SE e AL

Foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr./Mar 08

Andar pelos sertões de Alagoas e Sergipe nos faz, a todo o instante, deparar com cenas como esta da foto de fundo. Brocar, arrancar os tocos, "limpar" o terreno, queimar... É o processo mais comum de se *preparar* a terra. E no sentido, tantas e tantas perguntas: como pode um cidadão tratar a terra de tal maneira? O que ele espera com isso? Onde estão os órgãos de fiscalização (município, estado, governo federal)? Até quanto isto se repetirá? Sobrará algo para as gerações futuras?

Permanece a prática secular da troca da vegetação nativa, que é vista como algo nocivo, que desvaloriza a terra. Para a grande maioria dos proprietários, terreno bom é terreno *limpo*, pelado.

Como disse o Prof. Zanella, na entrevista acima, técnicas de uso sustentáveis da natureza ou não são empregadas ou não chegam a maior parte de nossos interiores. No caso particular do Baixo São Francisco, é visível o avanço das áreas em processo de desertificação. Como o extrativismo vegetal (sobretudo madeira e carvão) é parte da economia de várias comunidades mais pobres, a recuperação ambiental é também um problema sócio-econômico, além de socioambiental. Trata-se de uma situação grave, pois ela atinge os fundos das margens do rio, a parte que não se vê, porém da maior importância, pois ali está a maioria dos afluentes (intermitentes) do Baixo São Francisco.

Podemos julgar, pelas paisagens desoladoras, nos "fundos" do Baixo, que aqui também faltam as indispensáveis políticas públicas para um futuro de fato melhor, farto, para a nossa região.

Fonte complementar do artigo: Revista Manuelzão/no. 43/ quadro pág. 06 - autor: Humberto Santos



"LUZITÂNIA"
canoa de tolda de 200 sacos

BIGORNAS - arte e tradição naval

Silenciou a enxó de Mestre Nivaldo, mas sua arte fica

Com as mudanças de vida, também a arte naval tradicional perde seu valor e razão de existir

No final do ano passado foi-se o amigo Mestre Nivaldo, que foi um dos principais personagens da recuperação da canoa Luzitânia. O velho Nivaldo Lessa era da Ilha do Ferro, povoado acima de Pão de Açúcar, AL, tendo já feito serviços em embarcações ao longo de todo o Baixo São Francisco. Onde tinha obra, lá ia o homem: juntava os ferros no caixão, um saco com poucas coisas, uma chaleira, panela, prato de flandres, colher, faca, se enfiava em seu bote e viajava para seu destino.

No caso da Luzitânia, não foi de outra forma. O tempo que a canoa passou no Mato da Onça, lá estava o mestre, vivendo a bordo, mas em terra. Após a inundação do local em 2005 - com abertura das comportas de Xingó, o que obrigou a mudança do estaleiro para Brejo Grande, lá veio Mestre Nivaldo, para finalizar sua derradeira grande obra. Diferentemente do costume de guardar os segredos de sua arte, a carpintaria naval do Baixo São Francisco, o mestre dividiu sua sabedoria durante toda a obra da canoa - por coincidência, esta canoa já pertencera ao tio de M. Nivaldo, o conhecido Luiz Martins, da Ilha do Ferro. Pois. O Mestre ia contando suas experiências, os detalhes de cada peça que era recuperada, feita novamente, e instalada na embarcação. A convivência com este homem foi coisa rara e inesquecível: além do conhecimento de seu ofício, Mestre Nivaldo, sujeito andejo, de rio de cima e de baixo, era grande contador de histórias, com muito senso de humor. Pilhéria, pulha, era com ele, que animava as noites de conversa, de junto ao foguinho do estaleiro. Os cavacos de madeira eram juntados, no final do dia, iam para o fogo do café e alumiavam ao de redor da canoa. O Mestre ali, enrolando o cigarro, entre um assunto e outro, nós esperando a história.



Foi lenha. E Mestre Nivaldo garantiu: eu acabo essa canoa. E aí está.

Pela boca da noite, a canoa ainda no estaleiro do Mato da Onça, lá no sertão, era a hora que pescadores que subiam para a Boca do Saco davam uma parada, fazer uma hora, escutar o Mestre.

O homem raramente se alterava. Mesmo quando gente que sem ter o que fazer, vinha curiar o seu trabalho: "...Nivardo, se essa canoa fosse minha...tá, tô que eu não abria ela mais uns dois parmos...mas Nivardo, não assentava melhor se você viesse mais com essa embonação acolá naquela caverna...?" E Mestre Nivaldo, olhava, fazia cantar a enxó, ou o macête, e deixava o infeliz gastar a saliva. Mais tarde, já desafogado, sem ninguém por perto, dava as suas lições. Esculhambando, mas mangando do sujeito. Era bom ouvi-lo, não havia quem não achasse graça.

Em tantas de suas prosas, longas, que deixavam todos muito atentos, contava:

...¨ onde tinha trabalho, seja de rio abaixo, seja de rio arriba, ajeitava o caixão com os ferro, e ia... num tinha mau tempo, domingo, feriado...só voltava pra casa com o serviço terminado...ficava por ali mesmo, no beiço do rio...fazia uma latada por riba da canoa...tinha um fogo, botava um feijão, uma charque...um café...assava um piau, pilombeta, uma xira gorda, uma criação que se arranjava...ia se vivendo...pense como era bom. Trabalhei muito nos Escuriais, pra Tonho Carmelo, pai dos menino lá da balsa de Piaçabuçu, na Jordânia...também pra Tonho Caboco, da Oriente, em Traipu...o povo conhece ele por Tonho da Lancha, que foi vendida para Antero, lá em Penedo..."



Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

Além de carpinteiro naval, Mestre Nivaldo também era escultor de santos e bichos e o que desse vontade, nas horas fora de estaleiro. Só com seus ferros, o acabamento que dava na madeira era dos melhores, chegava a luzir. E seguindo sua prosa:

..."e ferramentata era a enxó, martelo, goiva, formão, o serrote, e tinha o machado, prá desdrobrá a madeira...hoje carpinteiro quer tudo na máquina...naquele tempo era abrir furo pra cavilha de meia, de cinco oitavo, no pranchão de três, quatro polegada, caverna de braúna...tudo na mão, no trado...haja sebo pra fazer o furo...a tora do pau era aberta no serrotão...vupo, vupo...quero ver hoje um carpinteiro encarar um serviço deste...inda mais um cabra novo...aí é que não aguenta a peleja não...era lenha, viu...mais era arte que hoje já não se faz, de canoa rombeada...agora ,é tudo na tábua e pense num trabalho feio, tudo quadrado, torto...¨

Mestre Nivaldo tinha a fama de macio, demoroso. Mas, como se diz, trabalho bom, durativo, com acabamento, tem o seu tempo certo de ser.

Foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr.

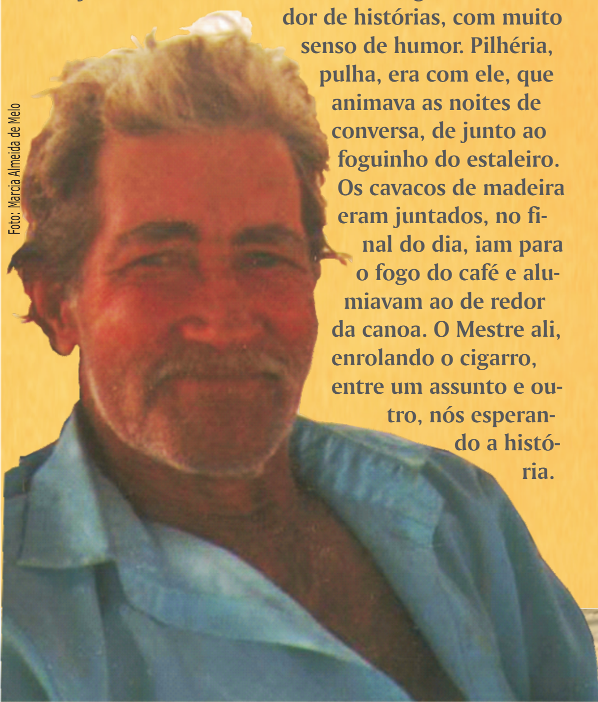


Foto: Marcia Almeida de Melo

E não tem carga, quem vai querer fazer o movimento em canoa? É perdido.

Após as grandes barragens, com as mudanças no modo de vida da região, pouco a pouco, sem carga para transportar, as grandes canoas foram sendo desativadas. Ao mesmo tempo, além da economia localem crise, havia a concorrência do transporte rodoviário, pela abertura de novas rodagens e pistas. Algumas canoas, em tentativa de sobrevida da parte de seus proprietários, foram levadas para o rio de cima, onde foram acabar seu tempo. Assim, gradativamente a canoa deixou de ser um objeto de necessidade, o que atingiu, também, as pessoas que viviam em torno da atividade: canoeiros, proeiros, vergueiros, calafates, calungas e, claro, os mestres carpinteiros navais. Não podemos esquecer, que para a construção naval (e para as caldeiras tanto dos vapores que faziam as linhas na margem como das locomotivas que ligavam Piranhas a Petrolandia), as madeiras boas (braúna, cedros, paus d´arco, etc.) foram eliminadas das matas do Baixo São Francisco. Fora estacas para cercas, dormentes, e construção em geral.

A técnica da construção naval tradicional teve que se adaptar às mudanças: as embarcações feitas com casco rombeado (onde há o uso de peças curvas, cavadas na enxó, chamadas na corrente, cavernas lavradas a partir de raízes de braúnas), foram substituídas por outras feitas com tábuas de madeira vinda de fora. Esta nova forma de construção é vista hoje com mais força na região da praia (de Penedo abaixo), onde as matas foram as primeiras a desapacer.

E, sem uso de canoas, sem madeira para construi-las, a arte dos mestres também foi-se indo. Não tinha mais serventia. Poucos foram os filhos destes artistas que seguiram o belo [illegible]cio - mas sem futuro - de seus pais. Da geração de Mestre Nivaldo, que viveu a época de ouro do Baixo São Francisco, são poucos os que restam, como Pedro de Aristides (faz panos, em Penedo), Luis Carlos (carpinteiro, em Traipu), Avelardo (no Mato da Onça), Mestre Adail (na ilha do Acrim, na praia),M. Lula (ferreiro de forja e fogo, em Piaçabuçu), por exemplo, que ainda nos dão o testemunho desta grande arte que se vai. Fica toda esta história apenas no sentido de quem viveu.



Bolina de canoa de tolda - foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr.

Vida e história do rio virando filme

Já está operacional, em Brejo Grande, SE, o Rio de Baixo - Centro de Audiovisual (CEAV) do Baixo São Francisco, projeto implantado pela Canoa de Tolda através do MinC - Ministério da Cultura, pela Lei Rouanet de incentivo à cultura.

A idéia do projeto surgiu ainda em 1998, quando sentimos a necessidade urgente de registrar em filmes e gravações, o dia-a-dia das pessoas da margem do Baixo São Francisco. Naquele ano teve início a preparação de nosso primeiro documentário, o "Na Veia do Rio", que viria a ser rodado em 2001, dirigido pela colega Ana Rieper. Neste projeto sentimos dificuldade por não dispormos de nosso equipamento para a produção (as filmagens), e para a pós-produção (a montagem do filme). Parte do material foi alugada, significando custos elevados. Para fazer a montagem do filme, conseguiu-se parceria com uma produtora no Rio de Janeiro, situação que nem sempre seria possível no futuro. Era importante termos independência.

Em 2004, através do edital do DOCTV I, realizamos "O Rio das Mulheres - Pelo Olhar de Ivaneide". Mais uma vez, usou-se equipamento alugado. Para a edição, foi possível mais uma parceria com uma produtora em Aracaju. Foi menos difícil, mas ainda não era o ideal. Finalmente, em 2008, conseguimos aprovar o projeto Rio de Baixo - CEAV do Baixo São Francisco no MinC, e assim obter o patrocínio (pela Lei Rouanet, de isenção fiscal para o patrocinador) que garantiria os recursos para o projeto, que tinha como objetivos:

1- a aquisição de equipamentos e acessórios de produção digital em HDV (câmeras e acessórios para a produção de vídeos em alta definição;

2- a aquisição e montagem de equipamentos e acessórios para a pós-produção (computadores, monitores e programas específicos para a edição de filmes em alta definição);

3- a melhoria das estruturas físicas do local de funcionamento do Rio de Baixo (sala da ilha de edição e escritório de apoio ao CEAV).

O Rio de Baixo é mais um projeto integrado a outras iniciativas. Assim, com os filmes produzidos pelo CEAV, poderemos fortalecer as exibições do Cine Beira Rio - Cinema Itinerante do Baixo São Francisco, que por sua vez utiliza a canoa Luzitânia (apoiada hoje pelo Projeto Luzitânia, também através da Lei Rouanet). O Rio de Baixo também fornece imagens e material documental para este jornal, e possibilita a estrutura de monitoramento socioambiental do Baixo São Francisco.

A estrutura disponível hoje em Brejo Grande é semelhante a de boas produtoras em grandes centros do Brasil, e se encontra aberta a parcerias com outras entidades.

Imagem da produção do documentário De Barra a Barra - série DOCTV - Foto: Paulo Andrade

Pelas carreiras do Baixo São Francisco com o documentário "De Barra a Barra"

Não podia ser melhor: o Rio de Baixo possibilitou a filmagem do documentário "De Barra a Barra - Pelas Carreiras do Sentido Deixado", realizada em novembro e dezembro passados. É um projeto realizado através do edital nacional do DOCTV, do MinC - Ministério da Cultura, através da TV Cultura e TV Aperipê, em Sergipe.

Este novo filme trata de uma viagem a bordo da canoa Luzitânia, da foz do São Francisco ao sertão, nas pedras, pilotada por S. Aurélio de Janjão, de Piranhas. Nas paradas, a prosa na popa da canoa vai acontecendo: S. Eduardo Tamborim, Hélcio Jacaré, S. Valdemar, causos de quando Lampião andava na canoa, e muito mais.

O "De Barra a Barra" já está quase pronto para lançamento através do Cine Beira Rio, nos povoados de Sergipe e Alagoas, sempre a bordo da Luzitânia.



Luzitânia: reconhecida como patrimônio nacional



Foto: Paulo Paes de Andrade

Após cerca de oito anos de espera, desde a entrada da documentação no IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - finalmente, em setembro de 2008, a canoa de tolda Luzi tânia foi notificada como patrimônio cultural e histórico do país.

O reconhecimento pelo IPHAN, um órgão do MinC - Ministério da Cultura, é álgo inédito, pois através da Luzitânia, uma embarcação de trabalho, feita por gente simples da margem, temos um pouco mais de atenção voltada para a nossa região. Como um dos dois últimos exemplares navegando da tradicional canoa de tolda, a Luzitânia, fielmente restaurada (pelo do Projeto Canoa de Tolda) ao longo de quase dez anos, é um bom exemplo do que talvez seja um dos mais fortes símbolos afetivos e culturais do Baixo São Francisco. Apesar das transformações irreversíveis que esta região sofreu, provocadas principalmente pela regularização do rio, que liquidou com a navegação de longo curso aqui no Baixo, a canoa aí está. O *tombamento* da Luzitânia, que é o nome desta qualificação do IPHAN, significa que a canoa fica, oficialmente, na lista de bens culturais nacionais, sem contudo qualquer impedimento para que permaneça navegando no Baixo São Francisco.

Como há quase cem anos, quando foi construída, a Luzitânia está na margem, descendo e subindo com sua carga atual: projetos culturais, pesquisas e acompanhamento da situação do rio, passageiros viajando pelo Projeto Rota das Canoas, dentre várias atividades.

E olha aí: podemos considerar que a Luzitânia é um elemento remanescente ativo do cangaço. Os estudos efetuados na bibliografia do tema confirmam todos os depoimentos sobre o uso da canoa por Lampião e seus cabras. Isso não é coisa pouca.

Pelo fundo dessa canoa muita água passou, assim como parte da história do Baixo São Francisco.

Iniciativa Reconhecida Prêmio Cultura Viva